

JUCESP
07 10 10



LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauru - SP, nascido em 14/10/1955, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Montano Filho, nº 150 - Apto 08, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador de Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.068.098-38.

Resolvem consolidar o contrato social da sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

ARTIGO 1º - A sociedade gira sob a denominação social de EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA. E tendo o nome fantasia de "EICON INTELIGÊNCIA EM CONTROLES".

ARTIGO 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha, CEP 04298-040, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de São Paulo, sita à Rua Bogaert, 107 - Vila Vermelha - CEP-04298-020. Registrada na JUCESP-SP sob o NIRE nº 35903813610 em 12/05/2010.

Parágrafo Segundo - Capital Social destacado para a Filial é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo Terceiro - **Objetivo Social da Filial** - O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

ARTIGO 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros, bem como licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.

ARTIGO 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 1SP140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei Nº 9295/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204099-P-5, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º, parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-

JUCESP
07 10 10



no nº 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

ARTIGO 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 6º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	720.000	720.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	80.000	80.000,00	10
	=====	=====	===
Totais:	800.000	800.000,00	100

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

ARTIGO 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

ARTIGO 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

ARTIGO 9º - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

ARTIGO 10º - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

ARTIGO 11º - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

ARTIGO 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

ARTIGO 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

ARTIGO 14º - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4(quatro) meses seguintes após o encerramento do

3

07 10 10

Viso
Contendo
R.O. 25.9/9.004



exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

ARTIGO 15º - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas quotas somente poderá Técnico em Contabilidade resolveu retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

ARTIGO 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

ARTIGO 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representam a maioria do capital social.

ARTIGO 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

ARTIGO 19º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 868/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo primeiro - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento mortis, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento mortis.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

ARTIGO 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

ARTIGO 21º - O Contador contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades

Handwritten signatures and a large circular stamp with the number 4 in the center.

JUCESP
07.10.10



vinculadas à sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceção as que se referem à linha "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nº 9.295/46.

ARTIGO 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

ARTIGO 23º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.

E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, foi aprovado em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

São Paulo, 23 de setembro de 2010.

LUZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio Administrador

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio Administrador

Testemunhas

Cláudia Silveira da Silva Soares
RG nº 20.668.522 SSP/SP

Sergio Pepe
RG nº 9.514.317 SSP/SP

LEILA MARIA DE MENEZES
Advogada - OAB/SP nº 198.500



JUCESP



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª Região

CENTRAL DE PRECATÓRIAS
250, AV. BORGES DE OLIVEIRA, 35
24. AVONAR / JARDIM
Núcleo de Atendimento: das 11:00 às 18:00 horas
CEP: 04344-001

REGISTRO	011
CEP	04344-001
CEP	04344-001
CEP	04344-001
CEP	04344-001



PROCESSO Nº. 02287009420101620358 (02287001005803005) MANDADO Nº 0701472532
Autor: Luis Antonio Alves da Souza
Réu: Luis Alberto Rodrigues
Exequente: Luis Antonio Alves da Souza
Executado: Luis Alberto Rodrigues
Sua Parcial: A/C EMPRESA EICOM CONTROLES INTELIGENTES DE REG LT
Endereço: R. OTENHA, 13
SÃO PAULO/SP
CPF/CNPJ
VISA VERMELHA
CEP 04292-040

MANDADO DE PREENHA E AVALIAÇÃO

O(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA CENTRAL DE PRECATÓRIAS, no uso de suas atribuições legais e, na forma da Lei, MANDA o Sr. Oficial de Justiça Avaliador que, à vista do presente mandado, entregue aos ditos do processo referenciado, dirija-se ao endereço da executada e montante abaixo discriminado, que deverá ser corrigido pela legislação trabalhista vigente à data do efetivo depósito. Se negativa a diligência, prossiga-se na pessoa e endereço das ações acima descritas; ou outro endereço de conhecimento do Sr. Oficial.

1. Principio	2. FGTS/Cta vinc.	3. Juros	4. Lefilodexon	5. Editais	6. INSS etc
137318,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. INSS-rc	8. Custas	9. Exatuzentun	10. INRP	11. Multas	12. Bon. adv.
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13. Bon. peric.	14. Outras	TOTAL		Data de Atualização	
0,00	0,00	137318,04		01/10/2010	

Fica, ainda, autorizado o valor do disposto no artigo 172 e parágrafos, do CPC, e utilizar-se de força policial, arrastamento e prisão, e quem se opuser ao cumprimento da tudo em cumprimento a determinação judicial proferida nos seguintes termos:
Conforme cópia anexa

SEM PREENHIDOS ANTERIORMENTE:

Nada consta. Proceder a Preenha das cotas que o socio possui junto a empresa. (cópias anexas)

CUMBA-SE na forma e sob as penas da lei.
Em 2) de Fevereiro de 2011

Eu, Diretor(a) de Secretaria subscreevi por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Trabalho

IVAN CARLOS DE CARVALHO

Recebido à Central em 1/2/20

Recebido, em
04/05/2011 às 14:50h



JUCESP PROTOCOLO
1082466/11-6



Claydia Anguani de Almeida Pedrosa
Assistente Técnico IV
RG: 0.585.511

Min 3521 9697956

923000
11 20 00



JUCESP PROTOCOLO
1082466/11-6



ARQUIVE-SE ANOTANDO-SE
(Portaria Jucesp n° 010/97)
Jucesp 04/05/2013

[Handwritten signature]



SECRETARIA DA JUSTIÇA
DIREÇÃO DE REGISTRO E TITULOS
CIVIL E COMERCIAL

010/97
010/97
010/97



JUCESP

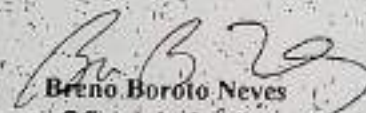
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SÃO PAULO - SP



58ª Vara do Trabalho
Processo nº 02287009420105020058
Mandado 07014/2011

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

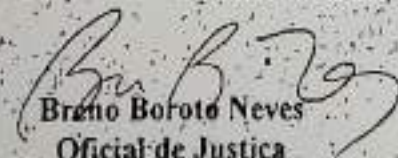
Aos 19 dias do mês de April do ano de 2011, à Rua Bogaert, 107, Vila Vermelha, São Paulo/SP, eu, OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR, abaixo assinado, em cumprimento ao mandado nº 7014/2011, passado a favor de LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA, contra LUIZ ALBERTO RODRIGUES, para pagamento da importância de R\$ 737.318,04 (setecentos e trinta e sete mil, trezentos e dezotto reais e quatro centavos), atualizado até 01/10/2010, depois de preenchidas as formalidades legais, procedi à penhora e avaliação dos seguintes bens: cotas da empresa EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, CNPJ 53.174.058/0001-18, de propriedade do sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES, no valor total de R\$ 792.000,00 (setecentos e noventa e dois mil reais). E, para constar, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.


Breno Boroto Neves
Oficial de Justiça

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei o executado para ciência da penhora referida no ato supra e de que tem o prazo 05 (cinco) dias, a contar desta data, para apresentar embargos, tendo Relegado contra-fé.

São Paulo/SP, 19/04/2011


Breno Boroto Neves
Oficial de Justiça



AUTO DE DEPÓSITO

No mesmo dia, ano e local referidos no auto de penhora, depois de realizada esta, como consta do mesmo auto, fiz o depósito dos bens penhorados em mãos do Sr.

residente e domiciliado à _____

o qual, como fiel depositário, se obriga a não abrir mão dos mesmos sem autorização do Presidente da 58ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, sob as penas da lei. Feito, assim, o depósito, para constar, lavrei o presente, que assino com o depositário.

Breno Boroto Neves
Oficial de Justiça

Depositário

Em Tempo: ANTE A AUSÊNCIA DO EXEQUENTE NO MOMENTO DA PENHORA E NÃO HAVENDO OUTRA PESSOA PARA ASSUMIR O ENCARGO, INTIMEI O EXEQUENTE ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, DR. MAURÍCIO AMATO FILHO, OAB/SP 123.238, PARA, NO PRAZO DE 48 HORAS COMPARECER À 58ª VARA DO TRABALHO E ASSINAR O TERMO DE DEPÓSITO.

19/04/2011

CIENTE

Breno Boroto Neves
Oficial de Justiça
Avaliador Federal

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO: CIENCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

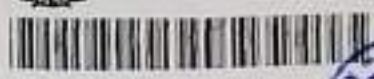
DEFERIDO O REGISTRO
NÚMERO 22.367/12-3

SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA GERAL

Serviço Exterior:
- DNRC
ciência e Tecnologia



JUCESP PROTOCOLO
2.258.950/11-9



JUNTA COMERCIAL

26 DEZ. 2011

PROTOCOLO

SINGULAR

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

03 JAN 2012

JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO

02 JAN. 2012

Sandra Feiga Ferraz
RG: 6.100.529-SSP/SP
Assessora Técnica

26 D

PROT

DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE 3521969795-6	CNPJ DA SEDE 53.174.058/0001-18
RAZÃO SOCIAL Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social; Consolidação da Matriz;			
NOME EMPRESARIAL EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA			
LOGRADOURO RUA OSTENDA		NÚMERO 79	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO VILA VERMELHA	CEP 04298-040	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5433
MUNICÍPIO São Paulo			UF SP

Mat. A. ds. SL. 852. 29/12/11. 4 pag. 06

29/12/11
Linha 1000



JUCESP
03 01 12

Visto
Contendo
R\$ 4.160,50

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956



Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS brasileiro, natural Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204089-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauri - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38.

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária limitada EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, estabelecida na Rua Ostenda, nº 79, Vila Vermelha, São Paulo, SP, CEP 04298-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.697.956 em 16/12/2004 e última alteração registrada sob o nº. 362.317/10-0 de 07/10/2010.

Resolve de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, a saber:

A - Os sócios resolvem alterar o Artigo 3º do contrato social original que passará a ter a seguinte redação:

ARTIGO 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e a representação comercial de produtos de informática através de terceiros; bem como licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição, e também o fornecimento de mão de obra a terceiros de empregados ou trabalhadores avulsos seus contratados.

B - Em face da alteração ora procedida fica alterado o Artigo 3º, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956

[Handwritten signatures and initials]

JUCESP
03 01 12

Visto
Contendo
R\$ - R. 100.533



Por este instrumento Particular de Contrato Social de uma Sociedade empresária limitada os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, natural de Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-3, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Vila Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 154.270.308-76 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauri - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.088-38,

Resolvem consolidar o contrato social da sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

ARTIGO 1º - A sociedade gira sob a denominação social de **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA**. E tendo o nome fantasia de **"EICON INTELIGÊNCIA EM CONTROLES"**.

ARTIGO 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha, CEP 04298-040, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de São Paulo, sita à Rua Bogaert, 107 - Vila Vermelha - CEP-04298-020. Registrada na JUCESP-SP sob o NIRE nº 35903813610 em 12/05/2010.


Parágrafo Segundo - Capital Social destacado para a Filial é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo Terceiro - Objetivo Social da Filial: O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

ARTIGO 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e a representação comercial de produtos de informática através de terceiros; bem como licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição; e também o fornecimento de mão de obra a terceiros de empregados ou trabalhadores avulsos seus contratados.

ARTIGO 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contrato abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 1SP140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei Nº 9295/46.

JUCESP
03 01 12

Visão
Conteúdo
RQ. 6.160.525



b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204069-P-5, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9285/46.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9285/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

ARTIGO 2º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 3º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	720.000	720.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	80.000	80.000,00	10
	=====	=====	==
Totais:	800.000	800.000,00	100

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

ARTIGO 4º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

ARTIGO 5º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

ARTIGO 9º - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

ARTIGO 10º - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

ARTIGO 11º - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

ARTIGO 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que

3
sy: ~

50.529

461

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

ARTIGO 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal

Parágrafo único – As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

Parágrafo único – Se às quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único – O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

ARTIGO 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Parágrafo primeiro – Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço

ATA
DE
REUNIÃO

Visto
Contendo
FOL. 462 50



ARTIGO 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

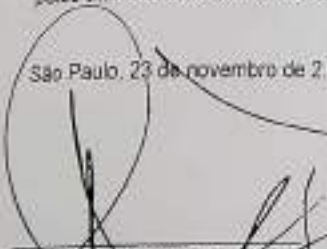
ARTIGO 21º - O Contador contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, excção as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nº 9.295/46.


ARTIGO 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou conta à economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fe pública, ou a propriedade.

ARTIGO 23º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.

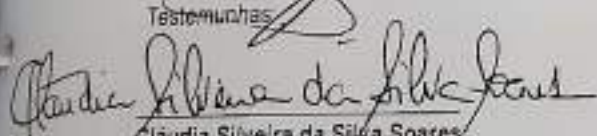
E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, foi aprovado em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

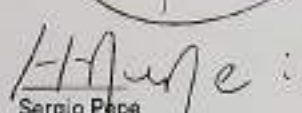
São Paulo, 23 de novembro de 2011.



LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio Administrador


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio Administrador

Testemunhas:


Cláudia Silveira da Silva Soares
RG nº 20.668.522 SSP/SP

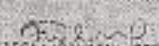

Sergio Pepe
RG nº 9.514.317 SSP/SP


LEILA MARIA DE MENEZES
Advogada - OAB/SP nº 198.500



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO


GISELA SINTINA CESCHI
SECRETÁRIA GERAL

22.367/12-3



JUCESP

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL



OS DADOS DESTA PRIMEIRA PAGINA CONSTANTES DOS QUADROS
CAPITAL - ENDEREÇO - OBJETO E TITULAR/SOCIO/DIRETORIA
REFEREM-SE A SITUACAO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA
CONSTITUICAO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO
NO SISTEMA INFORMATIZADO

-----EMPRESA-----

GIEXONLINE GESTAO EMPRESARIAL LTDA

TIPO : LIMITADA

-----NIRE MATRIZ-----
35223474966

-----DATA DA CONSTITUICAO-----
08/07/2009

-----EMISSAO-----
08/03/2016 10:25

-----INICIO DE ATIV.-----
09/06/2009

-----C.N.P.J.-----
11.042.990/0001-47

-----INSCRICAO ESTADUAL-----

-----CAPITAL-----
200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS.*****)

-----ENDEREÇO-----

LOGR.: AVENIDA BOGAERT
COMPLEMENTO: SALA 01
MUNICIPIO: SAO PAULO

NUMERO: 107
BAIRRO: VILA VERMELHA
CEP: 04298-020 UF: SP

-----OBJETO-----

CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO

-----TITULAR/SOCIOS/DIRETORIA-----

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, RG/RNE 8960264-X, SP, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, VILA SUSANA, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 190.000,00.

ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA, NAC. BRASILEIRA, CPF 250.355.678-77, RG/RNE 277110312, SP, DOMICILIADO (A) A: RUA DA CONSOLACAO, 3075, APTO 1012, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO, SP, CEP 01416-001, NA SITUACAO DE SOCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

-----ARQUIVAMENTOS-----

NUM.DOC

SESSAO

ASSUNTO

476.041/09-0

28/12/2009

DENOMINACAO/RAZAO SOCIAL ALTERADA PARA
GIEXONLINE GESTAO DE NEGOCIOS LTDA.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL

NUM.DOC	SESSAO	--ARQUIVAMENTOS--	ASSUNTO
163.880/12-8	18/04/2012		ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO.
			CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS.).
			REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, VILA SUSANA, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 427.500,00.
410.886/12-9	05/10/2012		REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA, NAC. BRASILEIRA, CPF 250.355.678-77, DOMICILIADO (A) A: RUA DA CONSOLACAO, 3075, APTO 1012, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO, SP, CEP 01416-001, NA SITUACAO DE SOCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 22.500,00.
			CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.
			CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 660.000,00(SEISCENTOS E SESSENTA MIL REAIS.).
			REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE LUIZ ALBERTO RODRIGUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 30.058.098-38, DOMICILIADO (A) A: RUA JOSE MONTEIRO FILHO, 150, VILA SUSANA, SAO BERNARDO DO CAMPO, SP, CEP 09750-140, NA SITUACAO DE SOCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 627.000,00.
			REDISTRIBUICAO DAS QUOTAS DE ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA, NAC. BRASILEIRA, CPF 250.355.678-77, DOMICILIADO (A) A: RUA DA CONSOLACAO, 3075, APTO 1012, CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO, SP, CEP 01416-001, NA SITUACAO DE SOCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 33.000,00.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL



NUN.DOC	SESSAO	ARQUIVAMENTOS	ASSUNTO
CONSOLIDACAO CONTRATUAL DA MATRIZ.			

FIN DAS INFORMACOES NIRE: 35223474966

PAG.003

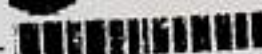


Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria da Fazenda

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
R. J. Silva Faria, 333 - CEP 01152-000

SEGO

JUCESP PROTOCOLO
0.541.091/09-8



JUNTA COMERCIAL
07.06.2009

JUNTA COMERCIAL
02.06.2009
PROTOCOLO

DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NOME DA SEDE	CNPJ DA SEDE
ATIVIDADE		UNIDADE	00.000.000/00-00
Constituição Normal;		35.2.234-606	
NOME EMPRESARIAL			
GEXONLINE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA			
LOCALIZAÇÃO			
AVENIDA BOGAERT		NÚMERO	107
COMPLEMENTO	BARRIO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO
SALA 01	VILA VERMELHA	04298-020	5433
MUNICÍPIO		UF	
São Paulo		SP	
CORREIO ELETRÔNICO		TELEFONE	
NOME DO ADVOGADO		N.º DO	UF
ANA LUIZ LIMA SOARES		138236	SP
VALORES RECEBIDOS	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA		
DIÁRIA R\$ 54,00	NOME LUZ ALBERTO RODRIGUES (Administrador)		
DIÁRIA R\$ 5,06	ASSINATURA		
DATA ASSINATURA 12/06/2009			

DECLARO, SOB PENALIDADE DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

064322202-1





Amico Piquero

Q. 0207





9

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE EMPRESARIAL
LIMITADA, JÁ ADAPTADA AO NOVO CÓDIGO CIVIL.

GIEXONLINE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

PROTOCOLO

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG. n.º 8.960.254-X - SSP-SP e do CPF. n.º 030.056-096-36, residente e domiciliado à Rua José Monteiro Lins, 150 - Via Sulaine - São Bernardo do Campo - SP, CEP. 09750-140 e o

ALESSANDRO GRANTII DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG. n.º 27.711.031-3-SSP-SP, e inscrito no CPF-MF, sob n.º 750.350.678-77, residente e domiciliado à Rua da Consolação, 3075 - apto 1012 - São Paulo - SP - CEP 01418-001.

Resolvem de pleno e comum acordo constituir o contrato social original de uma sociedade empresarial limitada de acordo com as cláusulas abaixo já adaptadas ao novo código civil.

CAPÍTULO I

1 - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO CONTRATO, DO OBJETIVO E DA DURAÇÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob denominação **GIEXONLINE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sito à Rua Bogaert, 197 - Sala Gs - Vila Vermelha - CEP - 04298-020, podendo manter filiais, escritórios e representações em quaisquer localidades do país ou do exterior por deliberação dos seus sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objetivo social da sociedade é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, planejamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a intermediação comercial de produtos de informática através de terceiros, bem como o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.

CLÁUSULA QUARTA - O período de duração é por tempo indeterminado, podendo os sócios, em qualquer época, deliberar sobre a sua dissolução, liquidação, fusão, incorporação ou transformação.



9

CAPÍTULO II

CLÁUSULA QUINTA - O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) cotas a R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional do país, subscritas distribuídas aos sócios da seguinte forma:

SÓCIO	COTAS	VALOR R\$
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	190.000	190.000,00 95%
ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA	10.000	10.000,00 5%
Total	200.000	200.000,00 100%

Parágrafo único - As cotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos demais sócios e respeitados o direito de preferência a eles assegurado.

CAPÍTULO III

CLÁUSULA SEXTA - A administração e a gerência da sociedade será exercida individual e exclusivamente, pelo sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES.

CLÁUSULA SÉTIMA - Caberá ao sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES, ou o procurador por ele nomeado, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, dispondo, para tanto, dos seguintes poderes:

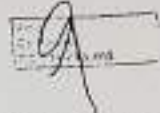
- Representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais;
- A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive compra, venda, troca ou alienação por qualquer outra forma, de bens móveis da sociedade determinando os respectivos termos, preços e condições;
- A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da sociedade, inclusive cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros.

Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela sociedade, além de mencionar expressamente os poderes conferidos, deverão necessariamente estipular o período de validade, restando-lhe os casos de procurações para fins judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo segundo - São expressamente vedados, sendo nulos e inoponíveis com relação à Sociedade, os atos do sócio, sócio - administrador, gerente ou procurador que envolver a Sociedade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

[illegible]





Parágrafo Terceiro - Exatidão do voto estabelecido no parágrafo acima a prestação de fiança em contrato de locação residencial ou comercial, destinados exclusivamente a GEXONLINE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. ou a seus sócios.

CLAUSULA OITAVA - As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Cotas, observando-se as seguintes regras:

Parágrafo Primeiro - As reuniões de Cotas serão realizadas na sede da Sociedade e serão instaladas, em primeira e única convocação, com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo Segundo - As reuniões de cotas serão dirigidas pelo sócio administrador, o qual fará encargo de levantar ata com o resumo das deliberações tomadas. Referida ata deverá ser assinada pelos sócios presentes e levada a registro no prazo de 20 (vinte) dias, sendo dispensado o registro em livro próprio.

Parágrafo Terceiro - As reuniões de cotas serão convocadas pelo administrador, através de correspondência endereçada a cada um dos sócios, indicando-se nesse documento as matérias a serem apreciadas, data e horário da reunião, observado o prazo de entrega de no mínimo 5 (cinco) dias úteis anteriores à data da reunião, dispensada em qualquer caso a publicação e que se refere o art. 1.152 § 3º do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002).

Parágrafo Quarto - O sócio que, sendo verdadeiramente convocado nos termos do parágrafo anterior, deixar de comparecer a reunião de cotas, perderá o direito de discutir as matérias previstas na carta de convocação, que serão decididas pelos demais sócios presentes de acordo com o interesse social.

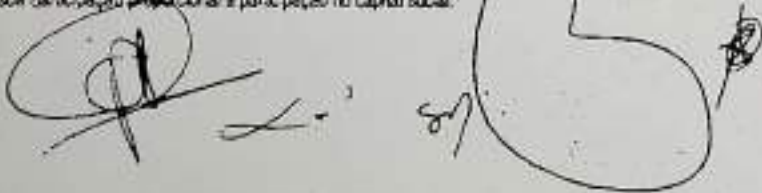
Parágrafo Quinto - Ressaltado o disposto em lei e neste contrato, as decisões serão tomadas nas reuniões de cotas pelo voto da maioria dos cotistas presentes à reunião, não se computando os votos em branco e considerando-se exclusivamente a participação de cada cotista no capital social da sociedade.

CLAUSULA NONA - A reunião de cotas será dispensada quando a deliberação em questão for realizada em documento assinado por todos os sócios, nos termos do § 3º do art. 1.072 do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002).

CAPITULO IV - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS LUCROS

CLAUSULA DÉCIMA - O exercício social da empresa inicia-se em 01 de Janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e correspondentemente ao mesmo, será elaborado Balanço Geral e preparada a Demonstração do Resultado do Exercício, constando, ainda, do Balanço os Lucros e Prejuízos Acumulados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os lucros líquidos obtidos terão aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, garantida a todos os sócios sua participação proporcional à participação no capital social.





AVL - 8 2008

REC. N° 352.23474966

NOTA: Este documento es un
certificado de nacimiento emitido por el
Módulo de Registro Civil de la Oficina de
Registro Civil de la Municipalidad de
Lima, en cumplimiento de la Ley N° 27092
del 19 de mayo de 2000, que aprueba el
Reglamento de la Ley N° 27092 del 19 de
mayo de 2000, que aprueba el Reglamento
de la Ley N° 27092 del 19 de mayo de 2000.

[Signature]

AL SEÑOR DE LA LEY, SEÑOR DE LA LEY



Parágrafo Único - A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, com base nos balanços distribuídos.

CAPÍTULO V - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caso um dos sócios que deseja retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao outro sócio o seu intento por escrito.

Parágrafo Único - O sócio dissidente de deliberação tomada em reunião da qual não poderá se retirar da sociedade, devendo comunicar por escrito esta pretensão à Sociedade e ao(s) demais sócio(s), cabendo-lhe a parcela do patrimônio social que lhe toca, mediante apuração de haveres da sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou pelo consenso dos sócios, devendo ser nomeado liquidante o sócio majoritário ou quem este indicar.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - A retirada, morte, exclusão, impedimento, falência, concordata ou extinção de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que os mesmos, desde que representem a maioria do capital social, resolvam liquidá-la.

Parágrafo Único - Em caso de morte de sócio, os herdeiros do sócio falecido deverão se manifestar, por escrito, em até 30 (trinta) dias após a data do falecimento, quanto à sua vontade de serem ou não integrados à sociedade, assumindo os direitos e obrigações contratuais do falecido, sendo garantido aos sócios remanescentes o direito de voto à entrada dos herdeiros, hipótese esta em que se procederá à apuração dos haveres do sócio falecido.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - Os haveres do sócio retirante, morto, excluído, impedido, falido ou concordatário, serão calculados com base no último Balanço Geral levantado pela sociedade, sendo pagos aos seus herdeiros ou sucessores em seis parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira no prazo de 06 (seis) meses contados do evento.

Parágrafo Único - Para fins do estabelecido nesta cláusula somente se procederá ao levantamento de um novo Balanço se o último contar com mais de 03 (três) meses de existência.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo por deliberação dos sócios, sendo feita a exclusão em/ajudicial de sócio remisso ou por justa causa.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Nos casos do presente instrumento, aplicam-se as disposições do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002, capítulo IV, do subtítulo II, do Título II, do Livro II, da Parte Especial) e subsidiariamente, a Lei n.º 5.404/76 ficando desde já eleito o foro da Cidade de São Paulo, Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas do presente instrumento, bem como para as ações em que for parte a sociedade.

57.



Assinatura

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por desconformidade de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

E por assim se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 3 (três) vias de igual teor e forma, impressas e rubricadas apenas no original, na presença das testemunhas abaixo, devendo uma das vias ser registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, pertencendo as demais vias em poder das partes.

São Paulo, 09 de junho de 2009.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio-administrador

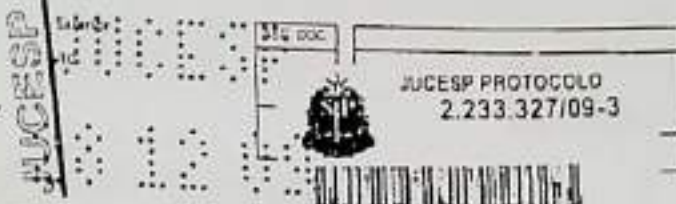
ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA
Sócio

TESTEMUNHAS:

SÉRGIO PEIXE
RG: 9.514.377 SSP-SP

CLAUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
RG: 20.868.522 SSP-SP

MAURI LIMA SOARES
OAB SP NR 138236 - ADVOGADO



UNTA COMERCIAL
N.º 1000
DEFERIDO
(23 DEZ 1993)
de 1993
S.º 1.º de 1993
R.º 1.º de 1993

ALTERAÇÃO

2ª Exigência		NRE DA SEDE 3522347496-6	NPJ DA SEDE 11.042.990/0001-47
Alteração de Nome Empresarial; Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social;			
NOME EMPRESARIAL GIXONLINE GESTAO DE NEGOCIOS LTDA			
LOGRADOURO RUA BOGAERT		NUMERO 107	
COMPLEMENTO S/LA 01	BARRIO/DISTRITO VILA VERMELHA	CEP 04298-020	CODIGO DO MUNICIPIO 5433
MUNICIPIO São Paulo			UF SP
CORREIO ELETRONICO cljudavisao@gmail.com			TELEFONE 43328973
NOME DO ADVOGADO		N. OAB	UF
VALORES RECOLHIDOS CANE \$4,00 DARF 21,00	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA NOME LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Administrador) ASSINATURA  DATA 21/12/2009 ASSINATURA		

DECLARO, SOB AS PENALDAIS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTATADAS NOS AUTOS DO PRESENTE PROCESSO SÃO CERTAS E DA VERDADE.

005271980-4





GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA
CNPJ nº 11.942.950/0001-47

1. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.950.264-X - SSP-SP e do CPF/MF sob nº 030.958-098-30, residente e domiciliado à Rua José Moreira Filho, 150 - Via Sasana - São Bernardo do Campo - SP, CEP: 03750-140 e o Senhor

ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.711.031-2-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 250.395.618-11, residente e domiciliado à Rua da Consolação, 3015 - apto 1012 - São Paulo - SP - CEP: 01416-011

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade empresária limitada **GIEXONLINE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, estabelecida na Rua Bogach, 101 - Sala 01 - Via Vermeira - São Paulo - SP - CEP: 04298-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.942.950/0001-47 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.223.474.966 em 06/07/2009.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social original de uma sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

1 - Os sócios resolvem alterar a Cláusula Primeira do contrato social original que passará a ter a seguinte denominação social: **GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA**.

2 - Os sócios resolvem alterar a Cláusula Terceira do contrato social original que passará a ter a seguinte redação:

O objetivo social da sociedade é a prestação de serviços técnicos especializados em consultoria, auditoria e assessoria na gestão pública ou privada, com a utilização ou disponibilização de ferramentas de última geração em Tecnologia da Informação (TI);
Licenciamento ou cessão do direito de uso de ferramentas de computação, com manutenção, distribuição, treinamentos, suporte, bem como serviços de Help Desk e a
Disponibilização de infra-estrutura para hospedagem em Data Center.

3 - Em face das alterações ora procedidas acima ficam abrogadas as Cláusulas Primeira e Terceira do contrato social original, permanecendo inalteradas as demais Cláusulas, consolidando-se.



JUCESP

2012 09

Visto
Contido
RG: 6.160.529

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA
CNPJ nº 11.042.990/0001-47

CAPÍTULO I:

I - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO CONTRATO, DO OBJETIVO E DA DURAÇÃO.

CLAUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob denominação social de **GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA**.

CLAUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sua sede na Cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, sita à Rua Bogert, 107 - Sala 01 - Vila Vermelha - CEP - 04253-020, podendo manter filiais, escritórios e representações em quaisquer localidades do país ou do exterior por deliberação dos seus sócios.

CLAUSULA TERCEIRA - O objetivo social da sociedade é a prestação de serviços técnicos especializados em consultoria, auditoria e assessoria na gestão pública ou privada, com a utilização ou disponibilização de ferramentas de última geração em Tecnologia da Informação (T.I.);

Licenciamento ou cessão de direito de uso de ferramentas de computação, com manutenção, distribuição, treinamentos, suporte, bem como serviço de Help Desk e a Disponibilização de infra-estrutura para hospedagem em Data Center.

CLAUSULA QUARTA - O período de duração é por tempo indeterminado, podendo os sócios, em qualquer época, deliberar sobre a sua dissolução, liquidação, fusão, incorporação ou transformação.

CAPÍTULO II

CLAUSULA QUINTA - O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) cotas a R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional do país, subscritas distribuídas aos sócios da seguinte forma:

SÓCIO	COTAS	VALOR R\$
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	190.000	190.000,00 95%
ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA	10.000	10.000,00 5%
Total	200.000	200.000,00 100%

Parágrafo único: As cotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos demais sócios e respeitados o direito de preferência a eles assegurado.



JUL 23 12 00

Visto
Conferido
RG: 6.140.522

CAPÍTULO III

CLAUSULA SEXTA - A administração e a gerência da sociedade será exercida individual e exclusivamente pelo sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES.

CLAUSULA SÉTIMA - Caberá ao sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES, ou o procurador por ele nomeado, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, dispondo, para tanto, dos seguintes poderes:

- Representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais;
- A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive compra, venda, troca ou alienação por qualquer outra forma, de bens móveis da sociedade determinando os respectivos termos, preços e condições;
- A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da sociedade, inclusive cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros.

Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela sociedade, além de mencionar expressamente os poderes conferidos, deverão necessariamente estipular o período de validade, ressalvados os casos de procurações para fins judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo segundo - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos do sócio, sócio - administrador, gerente e/ou procurador que envolver a Sociedade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Parágrafo terceiro - Exclui-se do veto estabelecido no parágrafo acima a prestação de fiança em contrato de locação residencial ou comercial, destinados exclusivamente a GIECONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA ou aos seus sócios.

CLAUSULA OITAVA - As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Cotistas, observando-se as seguintes regras:

Parágrafo Primeiro - As reuniões de Cotistas serão realizadas na sede da Sociedade e serão instaladas, em primeira e única convocação, com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo Segundo - As reuniões de cotistas serão dirigidas pelo sócio administrador, o qual ficará encarregado de lavrar a/ta com o resumo das deliberações tomadas. Referida ata deverá ser assinada pelos sócios presentes e levada o registro no prazo de 20 (vinte) dias, sendo dispensado o registro em livro próprio.

JUCESP

Visa
Conferido
RG - 6.160.525

Parágrafo Terceiro - As reuniões de cotistas serão convocadas pelo administrador, através de correspondência endereçada a cada um dos sócios, indicando-se nesse documento as matérias a serem apreciadas, data e horário da reunião, observado o prazo de entrega de no mínimo 5 (cinco) dias úteis anteriores à data da reunião, dispensada em qualquer caso a publicação a que se refere o art. 1.152 § 3º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

Parágrafo Quarto - O sócio que, sendo validamente convocado nos termos do parágrafo anterior, deixar de comparecer à reunião de cotistas, decairá do direito de discutir as matérias previstas na carta de convocação, que serão decididas pelos demais sócios presentes de acordo com o interesse social.

Parágrafo Quinto - Ressalvado o disposto em lei e neste contrato, as decisões serão tomadas nas reuniões de cotistas pelo voto da maioria dos cotistas presentes à reunião, não se computando os votos em branco e considerando-se exclusivamente a participação de cada cotista no capital social da sociedade.

CLAUSULA NONA - A reunião de cotistas será dispensada quando a deliberação em questão for realizada em documento firmado por todos os sócios, nos termos do § 3º do art. 1072 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

CAPITULO IV - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS LUCROS

CLAUSULA DÉCIMA - O exercício social de empresa inicia-se em 01 de Janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e correspondentemente ao mesmo, será levantado Balanço Geral e preparada a Demonstração do Resultado do Exercício, constando, ainda, do Balanço os Lucros e Prejuízos Acumulados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os lucros líquidos obtidos terão aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, garantida a todos os sócios sua participação proporcional à participação no capital social.

Parágrafo Único - A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e, com base nesses balanços, distribuir lucros.

CAPITULO V - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caso um dos sócios que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao outro sócio o seu intento por escrito.

Parágrafo Único - O sócio dissidente de deliberação tomada em reunião de cotistas poderá se retirar da sociedade devendo comunicar por escrito esta pretensão à Sociedade e ao(s) demais

The bottom of the document features three handwritten signatures. The first signature on the left is a stylized 'A'. The middle signature is more complex, with a large loop. The third signature on the right is a stylized 'P'. A large, faint circular stamp is visible in the background, partially overlapping the signatures.

Visão
Conferência
RG: 0.160.529

sócio(s), cabendo-lhe a parcela do patrimônio social que lhe toca, mediante apuração de haveres da sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou pelo consenso dos sócios, devendo ser nomeado liquidante o sócio majoritário ou quem este indicar.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – A rescisão, morte, exclusão, impedimento, falência, concordata ou extinção de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que os mesmos, desde que representem a maioria do capital social, resolvam liquidá-la.

Parágrafo Único: Em caso de morte de sócio, os herdeiros do sócio falecido deverão se manifestar, por escrito, em até 30 (trinta) dias após a data do falecimento, quanto à sua vontade de serem ou não integrados à sociedade, assumindo os direitos e obrigações contratuais do falecido, sendo garantido aos sócios remanescentes o direito de veto à entrada dos herdeiros, ficando esta em caso se procederá à apuração dos haveres do sócio falecido.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – Os haveres do sócio retirante, morto, excluído, impedido, falido ou concordatário, serão calculados com base no último Balanço Geral levantado pela sociedade, sendo pagos aos seus herdeiros ou sucessores em seis parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira no prazo de 06 (seis) meses contados do evento.

Parágrafo Único – Para fins do estabelecido nesta cláusula somente se procederá ao levantamento de um novo Balanço se o último contar com mais de 03 (três) meses de existência.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo por deliberação dos sócios, sendo lícita a exclusão extrajudicial de sócio remisso ou por justa causa.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Nos casos do presente instrumento, aplicar-se-ão as disposições do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002 Capítulo IV, do subtítulo II, do Título II, do Livro II, da Parte Especial) e subsidiariamente, a Lei n.º 6.404/76 ficando desde já eleito o foro da Cidade de São Paulo, Capital para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas do presente instrumento, bem como para as ações em que for parte a sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized letters and a large circular flourish.

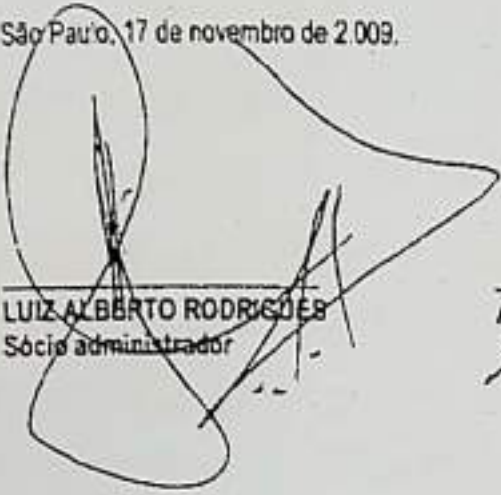
tram, são as penas da lei, que não são por desconhecimento da lei especial, nem 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei n.º 10.116/2000).


JUCESP

Viso
Conferido
RG: 6.160.529


E por assim se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 3 (três) vias de igual teor e forma, impressas e rubricadas apenas no anverso, na presença das testemunhas abaixo, devendo uma das vias ser registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, permanecendo as demais vias em poder das partes.

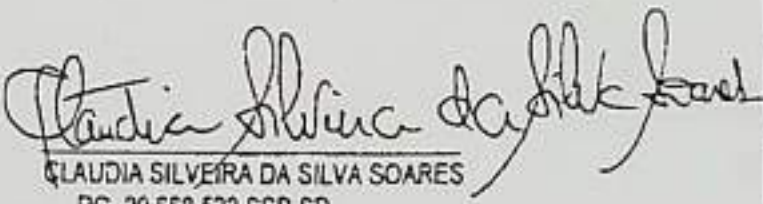
São Paulo, 17 de novembro de 2009.

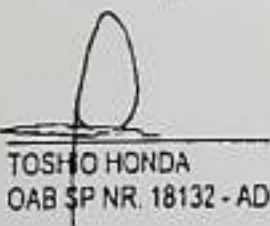

LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio administrador


ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA
Sócio

TESTEMUNHAS:


ZENADE QUARESMA DE SOUSA
RG. 15.897.859-3 - SSP-SP


CLAUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
RG. 20.668.522 SSP-SP

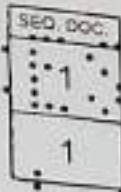

TOSHIO HONDA
OAB SP NR. 18132 - ADVOGADO



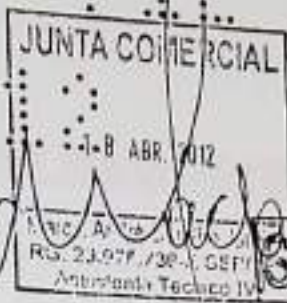


JUCESP

âmbito Exterior
o - DNRC
ncia e Tecnologia
.o



JUCESP PROTOCOLO
0.377.250/12-0



DEFERIDO

SINGULAR

JUNTA

11

PRO

DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE 3522347496-6	CNPJ DA SEDE 11.042.990/0001-47
Alteração do Valor do Capital; Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL ONLINE GESTAO DE NEGOCIOS LTDA			
SÓCIO/ADMINISTRADOR VILA BOGAERT		NÚMERO 107	
COMPLEMENTO SALA 01	BAIRRO/DISTRITO VILA VERMELHA	CEP 04298-020	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5433
MUNICÍPIO São Paulo		UF SP	

2ª. Alteração Contratual

GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

ABR 2011 CNPJ nº. 11.042.990/0001-47

TOCOLO

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, empresário, portador da Carteira de identidade Rg. Nr. 8.980.264-X - SSP-SP e do CPF/MF Nr. 030.058.058-35, residente e domiciliado a Rua José Monteiro Filho, 150 - Vila Susana - São Bernardo do Campo - SP, CEP: 09750-140 e o Sr.

ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, empresário, solteiro, portador da Carteira de identidade RG n.º 27.711.031-2 - SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nr. 250.355.878-77, residente e domiciliado à Rua da Consolação, 3075 - apto 1012 - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01416-001.

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade empresária Limitada **GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA**, estabelecida na Rua Bogaert, 107 - sala 01 - Vila Vermelha - CEP: 04208-020 - São Paulo - SP - inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.042.990/0001-47 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.223.474.366 em 08/07/2009 e última alteração sob nr. 476.041/09-0 em 28/12/2009,

Resolve de pleno e comum acordo alterar o contrato social original de uma sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições abaixo.

A - Os sócios resolvem alterar o capital social da empresa de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) mediante o parcelamento da soma

ABR
2011
CNPJ nº. 11.042.990/0001-47



JUCESP

10.04.12

2ª. Alteração Contratual

COMERCIAL

GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

168.000003 Ar. 11.042.990/0001-47

TOCOLO

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade Rg. Nr. 8.960.264-X - SSP-SP e do CPF/MF. Nr. 030.058-098-38, residente e domiciliado a Rua José Monteiro Filho, 150 - Vila Susana - São Bernardo do Campo - SP, CEP-09750-140 e o Sr.

ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade RG n.º 27.711.031-2 - SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nr. 250.355.878-77, residente e domiciliado à Rua da Consolação, 3075 - apto 1012 - Centro - São Paulo - SP - CEP-01416-001.

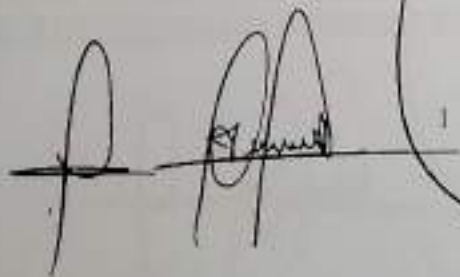
Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade empresária Limitada **GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA**, estabelecida na Rua Bogaert, 107 - sala 01 - Vila Vermelha - CEP: 04296-020 - São Paulo - SP - inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.042.990/0001-47 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.223.474.966 em 08/07/2009 e última alteração sob nr. 476.041/09-0 em 28/12/2009,

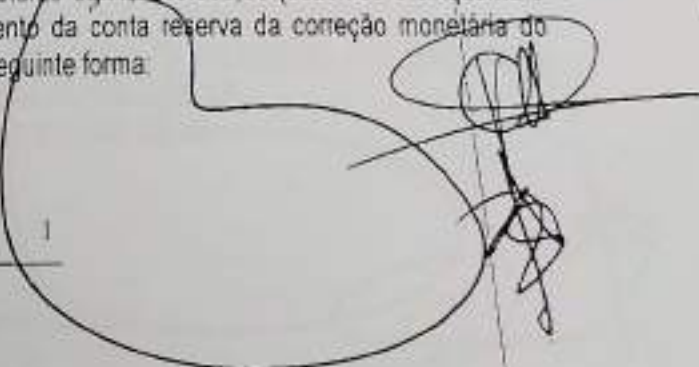
Resolve de pleno e comum acordo alterar o contrato social original de uma sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições abaixo.

A - Os sócios resolvem alterar o capital social da empresa de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), mediante o aproveitamento da conta reserva da correção monetária do capital social.

B - Em face da alteração do Item A, fica alterada a Cláusula Quinta do Contrato Social original que passará a ter a seguinte redação:

CLAUSULA QUINTA - O Capital Social será de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), divididos em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) cotas a R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o restante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta e mil reais) integralizados mediante o aproveitamento da conta reserva da correção monetária do capital social, ficando distribuídas aos sócios da seguinte forma:





Visto
Conferido
nº 0129.976/2012



REGISTRADO
E
RECEBADO

SÓCIOS
LUIZ ALBERTO RODRIGUES
ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA

COTAS	VALOR R\$	
427.500	427.500,00	95%
22.500	22.500,00	5%
450.000	450.000,00	100%

Visto
Conferido
PC-29.916.736-X



Parágrafo único: As cotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos demais sócios e respeitado o direito de preferência a eles assegurado.

C - Em face das alterações ora procedidas fica alterada a Clausula Quinta, permanecendo inalteradas as demais Cláusulas do contrato social original consolidando-se.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA:

GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

CNPJ nº: 11.042.990/0001-47

CAPITULO I:

I - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO CONTRATO, DO OBJETIVO E DA DURAÇÃO.

CLAUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob denominação **GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA.**

CLAUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sita a Rua Bogaert, 107 - Sala 01 - Vila Vermelha - CEP -04298-020, podendo manter filiais, escritórios e representações em quaisquer localidades do país ou do exterior por deliberação dos seus sócios.

CLAUSULA TERCEIRA - O objetivo social da sociedade é a prestação de serviços técnicos especializados em consultoria, auditoria e assessoria na gestão pública ou privada, com a utilização ou disponibilização de ferramentas de ultima geração em Tecnologia da Informação (T.I);
Licenciamento ou cessão de direito de uso de ferramentas de computação, com manutenção, distribuição, treinamentos, suporte, bem como serviço de Help Desk e a
Disponibilização de infra-estrutura para hospedagem em Data Center.

JUCESP

13 de 12

Viso
Conferido
RG: 28.671.731-X

CLAUSULA QUARTA - O período de duração é por tempo indeterminado, podendo os sócios, em qualquer época, deliberar sobre a sua dissolução, liquidação, fusão, incorporação ou transformação.

CAPITULO II

CLAUSULA QUINTA - O Capital Social será de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), divididos em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) cotas a R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o restante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta e mil reais) integralizados mediante o aproveitamento da conta reserva da correção monetária do capital social, ficando distribuídas aos sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	COTAS	VALOR R\$	
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	427.500	427.500,00	95%
ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA	22.500	22.500,00	5%
Total	450.000	450.000,00	100%

Parágrafo único: As cotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos demais sócios e respeitados o direito de preferência a eles assegurado.

CAPITULO III

CLAUSULA SEXTA - A administração e a gerência da sociedade será exercida individual e exclusivamente, pelo sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES.

CLAUSULA SÉTIMA - Caberá ao sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES, ou o procurador por ele nomeado, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, dispondo, para tanto, dos seguintes poderes:

- Representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais;
- A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive compra, venda troca ou alienação por qualquer outra forma de bens móveis da sociedade determinando os respectivos termos, preços e condições;
- A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da sociedade, inclusive cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros.

3

JUCESP

18.04.19

Visto
Conferido
RG-125.876.730-X



Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela sociedade, além de mencionar expressamente os poderes conferidos, deverão necessariamente estipular o período de validade, ressalvados os casos de procurações para fins judiciais, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

Parágrafo segundo - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos do sócio, sócio - administrador, gerente e/ou procurador que envolver a Sociedade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Parágrafo terceiro - Exclui-se do veto estabelecido no parágrafo acima a prestação de fiança em contrato de locação residencial ou comercial, destinados exclusivamente a **GIEXONLINE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA** ou aos seus sócios.

CLAUSULA OITAVA - As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Cotistas, observando-se as seguintes regras:

Parágrafo Primeiro - As reuniões de Cotistas serão realizadas na sede da Sociedade e serão instaladas, em primeira e única convocação, com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo Segundo - As reuniões de cotistas serão dirigidas pelo sócio administrador, o qual ficará encarregado de lavrar ata com o resumo das deliberações tomadas. Referida ata deverá ser assinada pelos sócios presentes e levada o registro no prazo de 20 (vinte) dias, sendo dispensado o registro em livro próprio.

Parágrafo Terceiro - As reuniões de cotistas serão convocadas pelo administrador, através de correspondência endereçada a cada um dos sócios, indicando-se nesse documento as matérias a serem apreciadas, data e horário da reunião, observado o prazo de entrega de no mínimo 5 (cinco) dias úteis anteriores à data da reunião, dispensada em qualquer caso a publicação a que se refere o art. 1.152 § 3º do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002).

Parágrafo Quarto - O sócio que, sendo validamente convocado nos termos do parágrafo anterior, deixar de comparecer a reunião de cotistas, decairá do direito de discutir as matérias previstas na carta de convocação, que serão decididas pelos demais sócios presentes de acordo com o interesse social.

Parágrafo Quinto - Ressalvado o disposto em lei e neste contrato, as decisões serão tomadas nas reuniões de cotistas pelo voto da maioria dos cotistas presentes à reunião, não se computando os votos em branco e considerando-se exclusivamente a participação de cada cotista no capital social da sociedade.

JUL 2013

13/07/2013

CLAUSULA NONA – A reunião de cotistas será dispensada quando a deliberação em questão for realizada em documento firmado por todos os sócios, nos termos do § 3º do art. 1072 do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002).

Visa
Conferido
RG. 29.976.736-X
187

CAPITULO IV - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS LUCROS

CLAUSULA DÉCIMA – O exercício social de empresa inicia-se em 01 de Janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e correspondentemente ao mesmo, será levantado Balanço Geral e preparada a Demonstração do Resultado do Exercício, constando, ainda, do Balanço os Lucros e Prejuízos Acumulados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os lucros líquidos obtidos terão aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, garantida a todos os sócios sua participação proporcional à participação no capital social.

Parágrafo Único – A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e, com base nesses balanços, distribuir lucros.

CAPITULO V - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Caso um dos sócios que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao outro sócio o seu intento por escrito.

Parágrafo Único – O sócio dissidente de deliberação tomada em reunião de cotistas poderá se retirar da sociedade devendo comunicar por escrito esta pretensão à Sociedade e ao(s) demais sócio(s), cabendo-lhe a parcela do patrimônio social que lhe toca, mediante apuração de haveres da sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou pelo consenso dos sócios, devendo ser nomeado liquidante o sócio majoritário ou quem este indicar.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – A retirada, morte, exclusão, impedimento, falência, concordata ou extinção de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que os mesmos, desde que representem a maioria do capital social, resolvam liquidá-la.

[Handwritten signatures and a large circular stamp]

ALCEAP

Visto
Conferido
RC: 29.979.751/V

Parágrafo Único: Em caso de morte de sócio, os herdeiros do sócio falecido deverão se manifestar, por escrito, em até 30 (trinta) dias após a data do falecimento, quanto à sua vontade de serem ou não integrados à sociedade, assumindo os direitos e obrigações contratuais do falecido, sendo garantido aos sócios remanescentes o direito de veto; entretanto, hipótese esta em que se procederá à apuração dos haveres do sócio falecido.



CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - Os haveres do sócio retirante, morto, excluído, impedido, falido ou concordatário, serão calculados com base no último Balanço Geral levantado pela sociedade, sendo pagos aos seus herdeiros ou sucessores em seis parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira no prazo de 06 (seis) meses contados do evento.

Parágrafo Único - Para fins do estabelecido nesta cláusula somente se procederá ao levantamento de um novo Balanço se o último contar com mais de 03 (três) meses de existência.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo por deliberação dos sócios, sendo lícita a exclusão extrajudicial de sócio remisso ou por justa causa.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Nos casos do presente instrumento, aplicar-se-ão as disposições do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002 capítulo IV, do subtítulo II, do Título II, do Livro II, da Parte Especial) e subsidiariamente, a Lei n.º 6.404/76 ficando desde já eleito o foro da Cidade de São Paulo, Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas do presente instrumento, bem como para as ações em que for parte a sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).


JUCESP


Visado
Conferido
RG: 20.970.758-X

E por assim se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 3 (três) vias de igual teor e forma, impressas e rubricadas apenas no anverso, na presença das testemunhas abaixo, devendo uma das vias serem registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, permanecendo as demais vias em poder das partes.




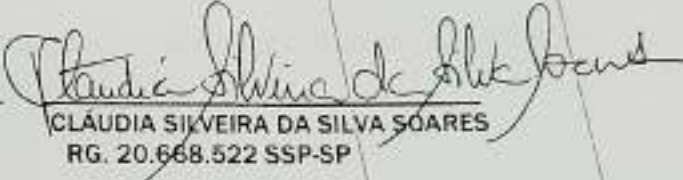
São Paulo, 12 de abril de 2012.



LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio administrador


ALESSANDRO GRANDI DE OLIVEIRA
Sócio

TESTEMUNHAS:


ZENAIDE QUARESMA DE SOUSA
RG. 16.897.859-3 - SSP-SP


CLÁUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
RG. 20.668.522 SSP-SP


TOSHIO HONDA
ADVOGADO
OAB SP NR. 18.132



JUCESP